

Coleção
Edital Sistematizado

Baseado na metodologia
Questão ^{vem} primeiro

Leonardo Garcia
Roberval Rocha

Ighor Fernando Rocha Galvão
Coordenação e pesquisa de jurisprudência

Caderno de Treino

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
PROMOTOR DE JUSTIÇA

Edital Sistematizado com Questões e Jurisprudência



Revista, atualizada

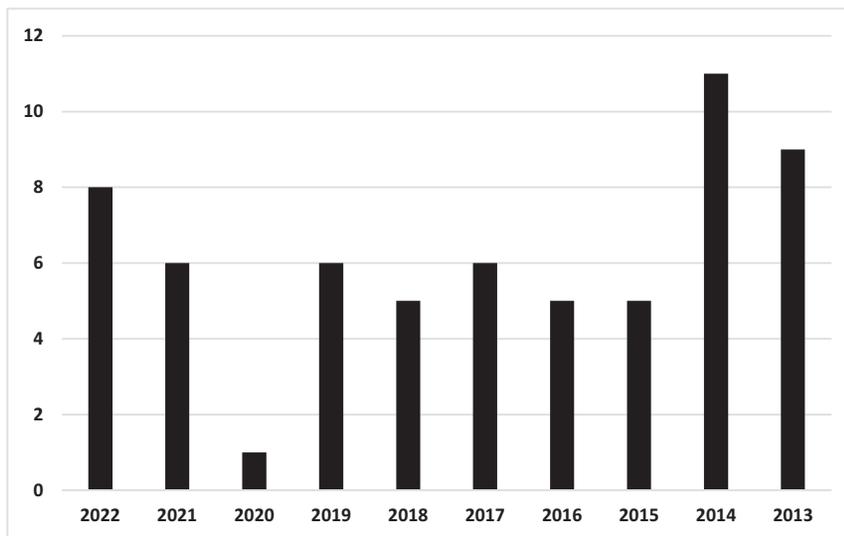
2023

 EDITORA
JusPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

2. QUANTITATIVO ANUAL DOS ÚLTIMOS CONCURSOS REALIZADOS

A distribuição abaixo indica quais foram os quantitativos de concursos da carreira, por ano, na última década.

Distribuição 01



3. TABELA DOS ÚLTIMOS CONCURSOS, POR ORGANIZADORA

A tabela abaixo indica quais foram as instituições que organizaram os últimos certames dessa carreira.

Tabela 02

ORGANIZADORA	CONCURSOS
Cespe	10
Fundep	7
FCC	5
Cefet	2
Vunesp	2
MPE	29
Outras	7
TOTAL	62

4. TABELA CRONOLÓGICA DOS ÚLTIMOS CONCURSOS REALIZADOS

A tabela abaixo indica qual foi o ano do último concurso da carreira e a respectiva organizadora, por unidade federativa.

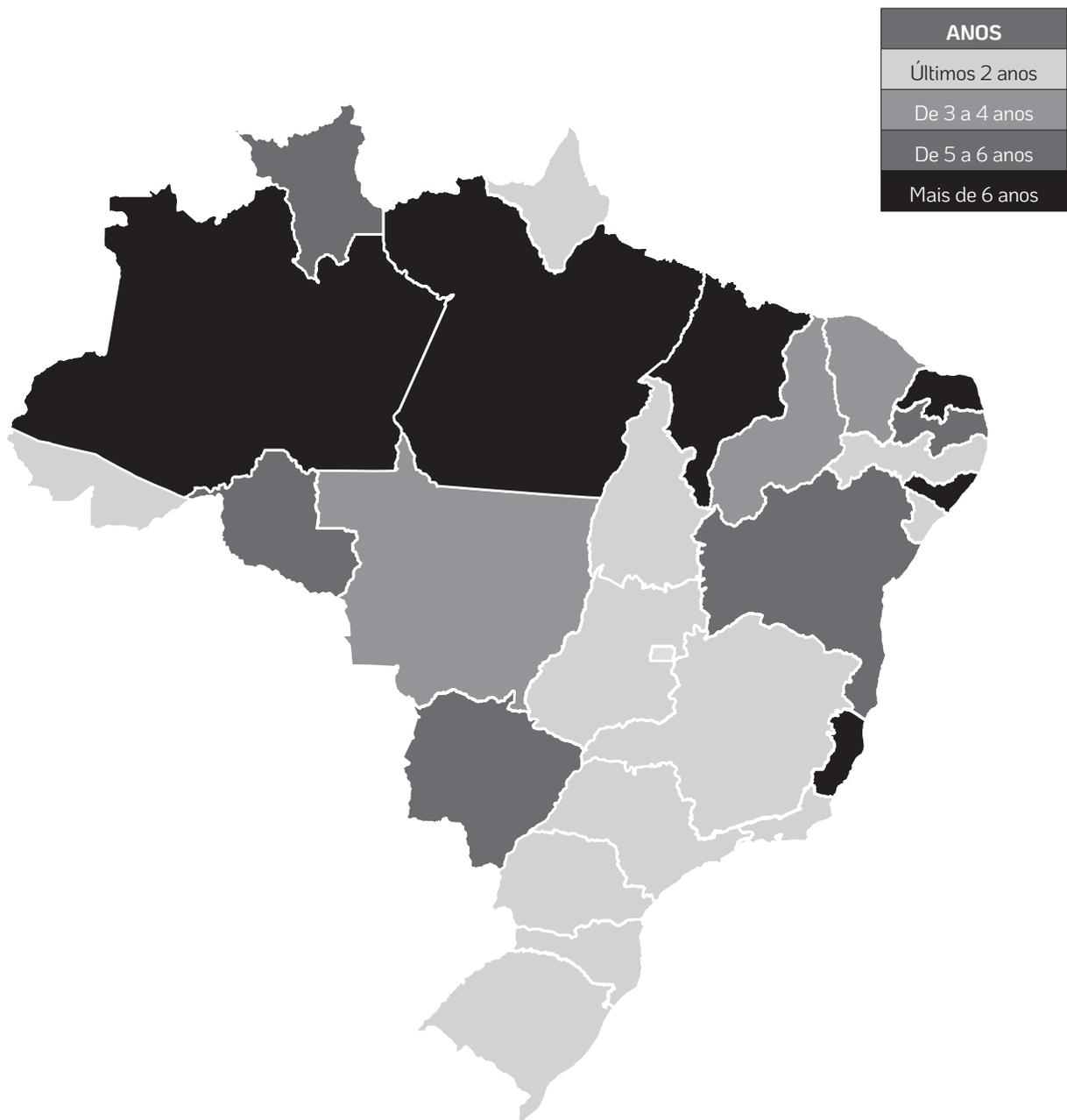
Tabela 03

UF	ANO	ORGANIZADORA
AC	2022	Cespe
GO	2022	FGV
MG	2022	Fundep
PE	2022	FCC
PR	2022	MP
RJ	2022	Vunesp
RS	2022	MP
SE	2022	Cespe
SP	2022	MP
TO	2022	Cespe
AP	2021	Cespe
DF	2021	MP
SC	2021	Cespe
CE	2020	Cespe
MT	2019	FCC
PI	2019	Cespe
BA	2018	Cefet
MS	2018	MP
PB	2018	FCC
RO	2017	FMP
RR	2017	Cespe
AM	2015	FMP
MA	2014	MP
PA	2014	FCC
ES	2013	Vunesp
AL	2012	FCC
RN	2009	Cespe

5. MAPA CRONOLÓGICO DOS ÚLTIMOS CONCURSOS REALIZADOS

Neste mapa, o gradiente permite identificar quais os estados estão mais próximos de organizar concursos da carreira, tendo em vista o ano de realização do último certame, conforme visto na tabela acima.

Tabela 04



RAIO-X DAS QUESTÕES

1. QUESTÕES POR DISCIPLINA E TEMA

A seguir, são apresentadas as tabelas de **Raio-X**, que servem para orientar o estudo a ser desenvolvido, descortinando o grau de exigência e a frequência com que certos temas são explorados nos concursos públicos para ingresso nesta carreira jurídica.

As tabelas indicam o número total de questões objetivas e as respectivas percentagens de distribuição nas disciplinas abordadas nos concursos. Ao final, consta, também, a distribuição das questões discursivas.

Tabela 05

1. LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL		
ASSUNTOS	QUESTÕES	%
1. Lei Orgânica Nacional do Ministério Público	27	48,2%
2. Normas Constitucionais	29	51,8%
TOTAL	56	100%
2. DIREITO ADMINISTRATIVO		
ASSUNTOS	QUESTÕES	%
1. Agentes Públicos	34	13,0%
2. Atos Administrativos	25	9,6%
3. Bens Públicos	9	3,4%
4. Controle da Administração Pública	38	14,6%
5. Entes da Administração Pública	34	13,0%
6. Intervenção do Estado na Propriedade	16	6,1%
7. Licitações e Contratos	40	15,3%
8. Processo Administrativo	10	3,8%
9. Responsabilidade Civil do Estado	11	4,2%
10. Serviços Públicos	24	9,2%
11. Teoria, Princípios e Poderes	20	7,7%
TOTAL	261	100%

3. DIREITO AMBIENTAL		
ASSUNTOS	QUESTÕES	%
1. Código Florestal	15	12,2%
2. Constituição Federal	19	15,4%
3. Lei dos Crimes Ambientais	14	11,4%
4. Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos	7	5,7%
5. Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos	8	6,5%
6. Lei da Política Nacional do Meio Ambiente	8	6,5%
7. Lei do Sistema Nac. de Unidades de Conservação	14	11,4%
8. Legislação Esparsa	13	10,6%
9. Responsabilidade Ambiental	10	8,1%
10. Teoria e Princípios	9	7,3%
11. Tutela Processual Civil	6	4,9%
TOTAL	123	100%
4. DIREITO CIVIL		
ASSUNTOS	QUESTÕES	%
1. Das Pessoas	45	16,4%
2. Dos Bens	3	1,1%
3. Dos Fatos Jurídicos	26	9,5%
4. Do Direito das Obrigações	62	22,5%
5. Do Direito das Coisas	28	10,2%
6. Do Direito de Família	57	20,7%
7. Do Direito das Sucessões	30	10,9%
8. Das Disposições Finais e Transitórias	0	0,0%
9. Leis Especiais	24	8,7%
TOTAL	275	100%
5. DIREITO CONSTITUCIONAL		
ASSUNTOS	QUESTÕES	%
1. Dos Princípios Fundamentais	5	2,0%
2. Dos Direitos e Garantias Fundamentais	49	19,1%
3. Da Organização do Estado	34	13,3%
4. Da Organização dos Poderes	71	27,7%

2.10. Direito Penal

É a **primeira disciplina** em número de questões de provas objetivas.

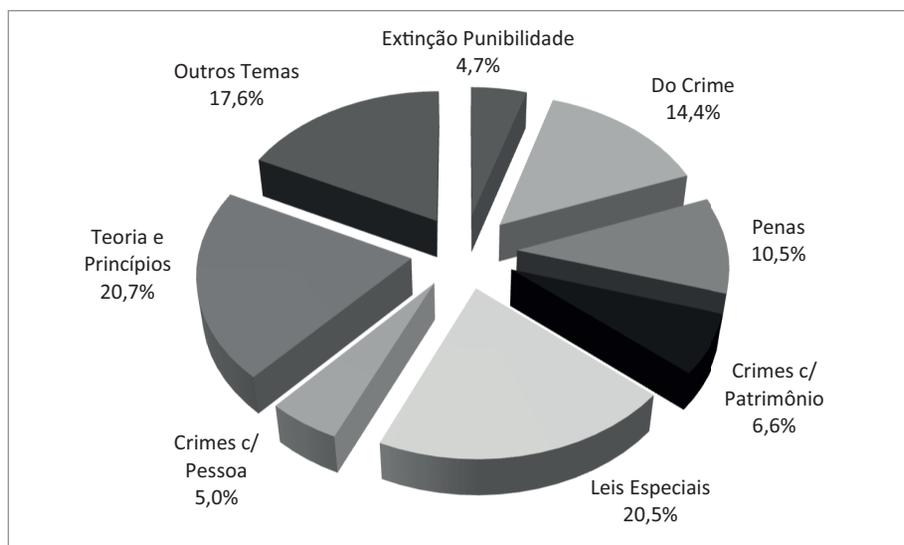
Destaque para a Parte Especial do Código Penal (crimes em espécie), de onde são extraídas aproximadamente **um quinto das questões** das provas. Juntamente com outros títulos do Códex, a saber, “Do Crime”, e “Das Penas”, somam **quase metade** daquilo que vem sendo exigido nos certames.

“Teoria e Princípios de Direito Penal” também é peça importante na montagem da estratégia de estudos, por ser **a mais explorada** nos concursos.

O tópico “Leis Especiais”, apesar de conter assuntos pulverizados em inúmeros diplomas, agrega uma grande quantidade das questões das provas, constituindo-se outro ponto forte desta disciplina.

Por fim, os temas específicos do Código Penal **menos presentes nas provas**: “Dos Crimes contra o Sentimento Religioso e contra o Respeito aos Mortos”, “Dos Crimes contra a Propriedade Imaterial”, “Dos Crimes contra a Incolumidade/Paz Pública” e “Dos Crimes contra a Família”.

Gráfico 10



2.11. Direito Processual Civil

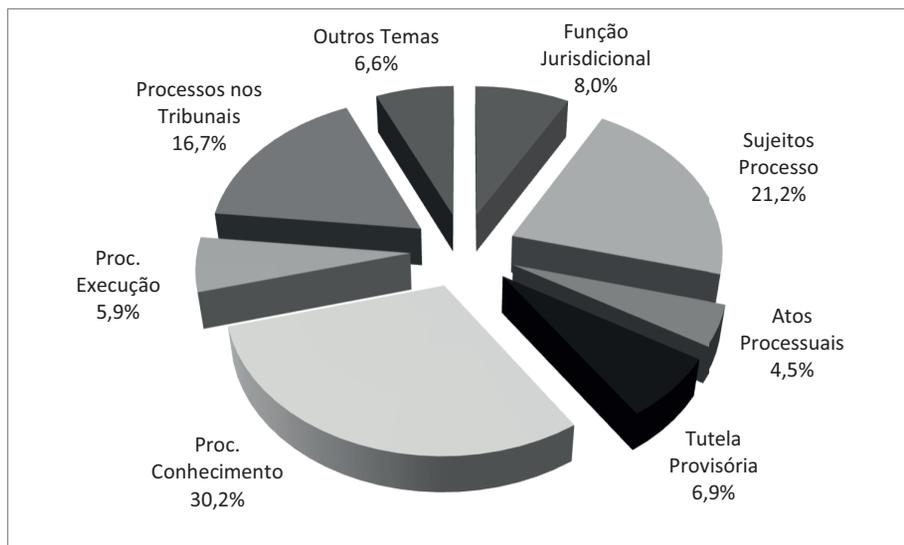
Em tema de processo civil, **aproximadamente 30% das questões** cobradas em concursos jurídicos versavam sobre o mais extenso dos livros do NCPC: “Do Processo de Conhecimento e do Cumprimento de Sentença”. Portanto, o leitor deve dar atenção aos títulos que o compõem: “Do Procedimento Comum”, “Do Cumprimento da Sentença” e “Dos Procedimentos Especiais”.

O Livro III, “Dos Sujeitos do Processo”, também origina muito material de prova, assim como o Livro III da Parte Especial – “Dos Processos nos Tribunais e dos Meios de Impugnação das Decisões Judiciais”.

Já os livros do NCPC intitulados “Da Formação, da Suspensão e da Extinção do Processo”, e “Disposições Finais e Transitórias” são **pouco explorados** pelas bancas. Pode-se dizer o mesmo da parte mais doutrinária (Teoria e Princípios) e das leis processuais esparsas.

Convém registrar que as questões referentes ao direito processual constitucional encontram-se inseridas em capítulo próprio.

Gráfico 11



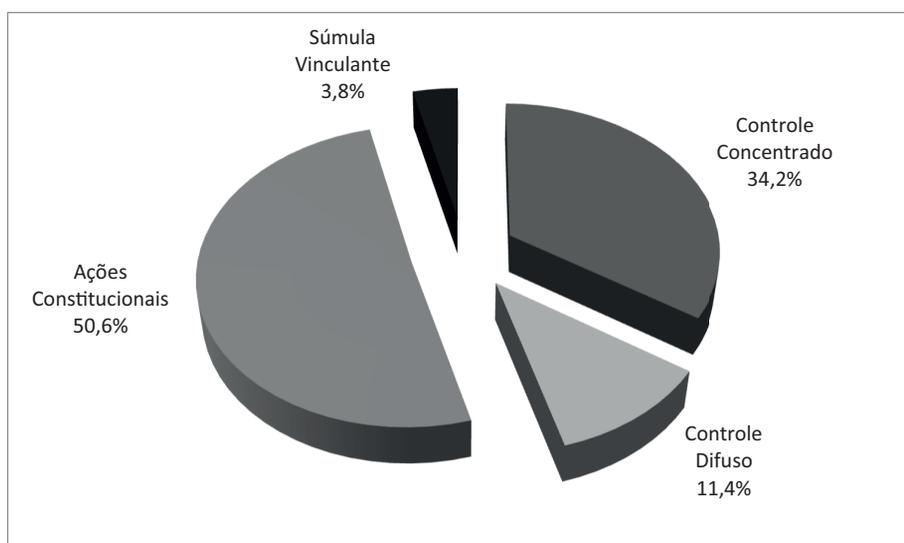
2.12. Direito Processual Constitucional

Em tema de processo constitucional, **mais da metade das questões** cobradas nos concursos versava sobre ações constitucionais propriamente ditas, os denominados “remédios constitucionais”: ação popular, “habeas corpus”, “habeas data”, mandado de injunção e mandado de segurança.

Controle concentrado de constitucionalidade também é tema dominante nessa disciplina.

Registre-se que as questões referentes a ação civil pública foram deslocadas para o capítulo pertinente aos Direitos Difusos e Coletivos.

Gráfico 12



2.13. Direito Processual Penal

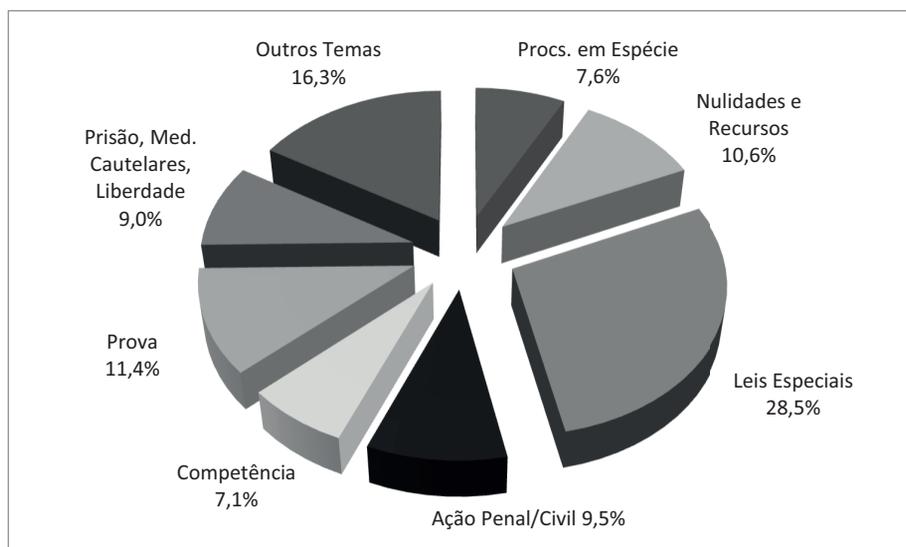
Os títulos principais do Código de Processo Penal são explorados de maneira mais ou menos homogênea nestes concursos, distribuindo as questões num largo espectro de assuntos.

Mesmo assim, dois pontos do CPP destacam-se: “Das Nulidade e Recursos em Geral” e “Da Prova”, agregando **um quinto das questões**.

As “Leis Especiais” também exigem atenção e estudo. Trata-se do **ponto mais cobrado** nas provas, portanto, é bom estar familiarizado com os principais diplomas: Lei de Execução Penal, Lei dos Juizados Especiais e Lei Maria da Penha.

Tópicos do CPP que **não são muito abordados nos concursos**: “Disposições Preliminares”, “Das Relações Jurisdicionais com Autoridade Estrangeira” e “Disposições Gerais”. A parte doutrinária (“Teoria e Princípios”) é **praticamente relevada** pelas bancas.

Gráfico 13



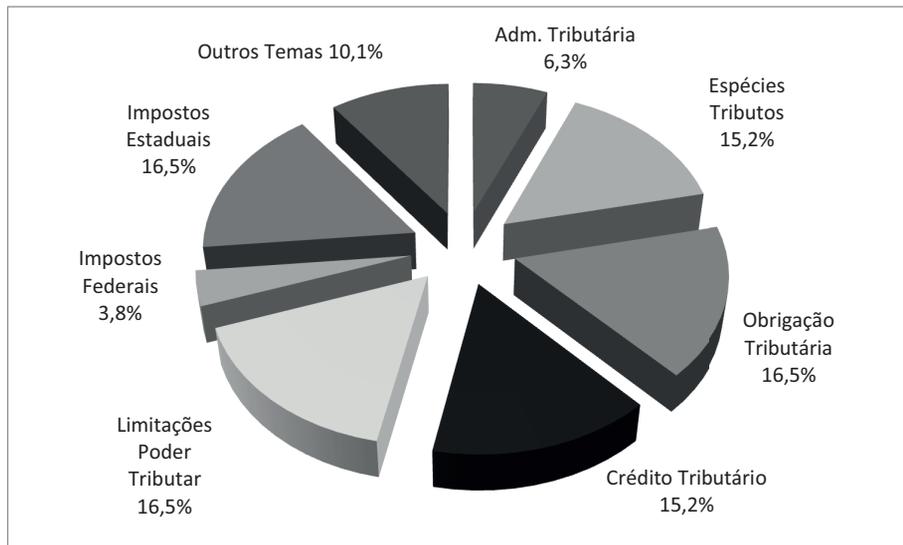
2.14. Direito Tributário

A matéria **cai pouco** nas provas dessa carreira jurídica.

Um ponto do Código Tributário Nacional, aliado a outros dois pontos da Constituição Federal, abarcam **quase 50% das questões** de direito tributário: do CTN, os títulos “Obrigação Tributária” e “Crédito Tributário”; da CF, os Impostos Estaduais e as “Limitações ao Poder de Tributar”.

Temas **menos questionados** pelas bancas organizadoras: “Legislação Tributária”, “Competência Tributária” e “Repartição de Receitas Tributárias”.

Gráfico 14



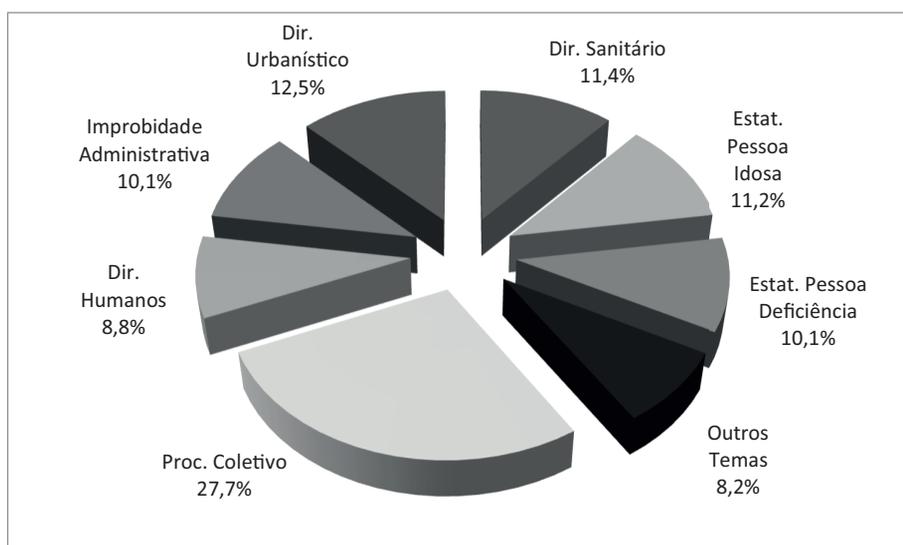
2.15. Direitos Difusos e Coletivos

É a **segunda disciplina mais cobrada** nas provas.

As questões atinentes ao Processo Coletivo (ações civis públicas em sentido amplo) correspondem a **mais de um quarto da disciplina**, despertando atenção especial. “Direito Urbanístico” é outro ponto singular, seguido de e de “Direito Sanitário”

Pontos **pouco questionados**: LOAS e Estatuto da Igualdade Racial.

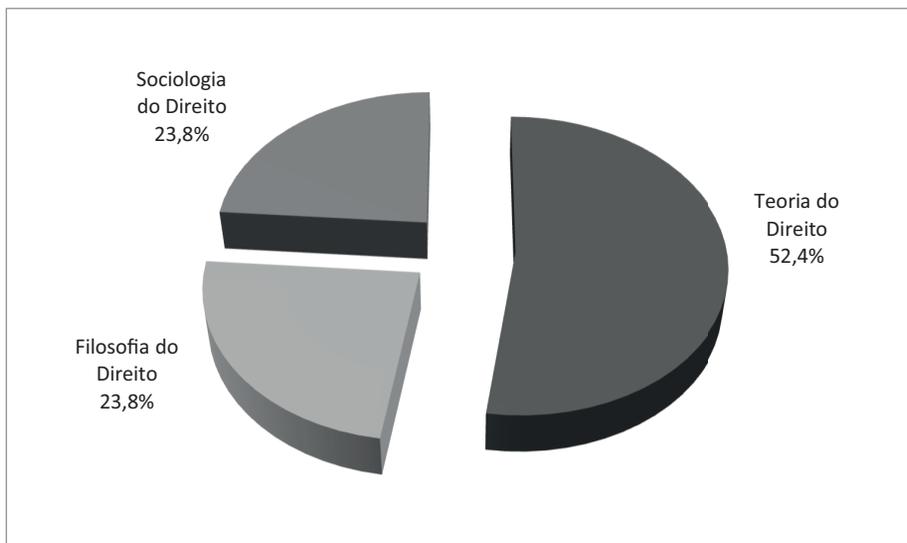
Gráfico 15



2.16. Filosofia, Sociologia e Teoria do Direito

Trata-se de disciplinas que muitas vezes sequer são previstas nos editais da carreira.

Gráfico 16

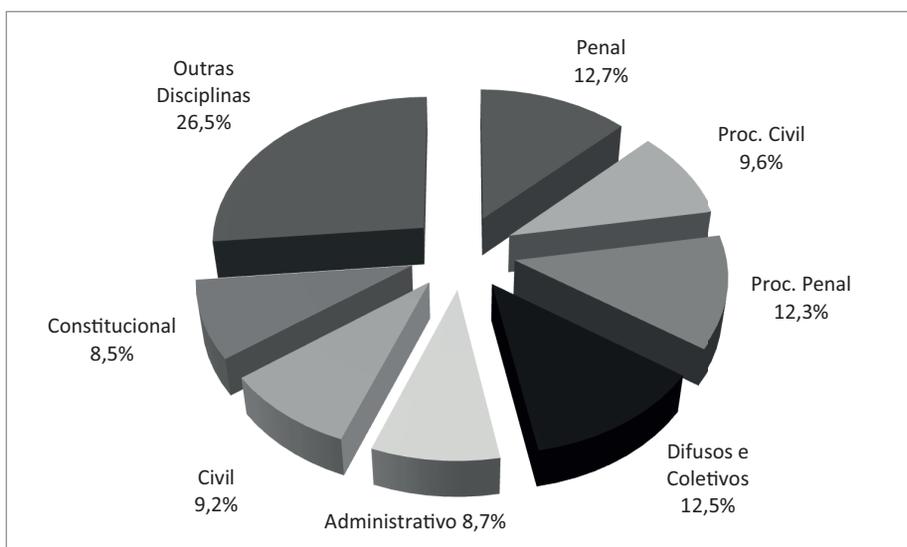


2.17. Todas as Disciplinas (Objetivas)

Dentre as disciplinas exigidas nos certames, nota-se a preponderância do eixo formado por Direito Civil, Direito Penal, Direito Processual Penal e Direitos Difusos e Coletivos, que corresponde a **quase metade** das questões.

No outro extremo, “Filosofia, Sociologia e Teoria do Direito”, mostram-se de importância marginal nas primeiras fases destes concursos, assim como “Direito Tributário” e “Legislação Institucional”.

Gráfico 17

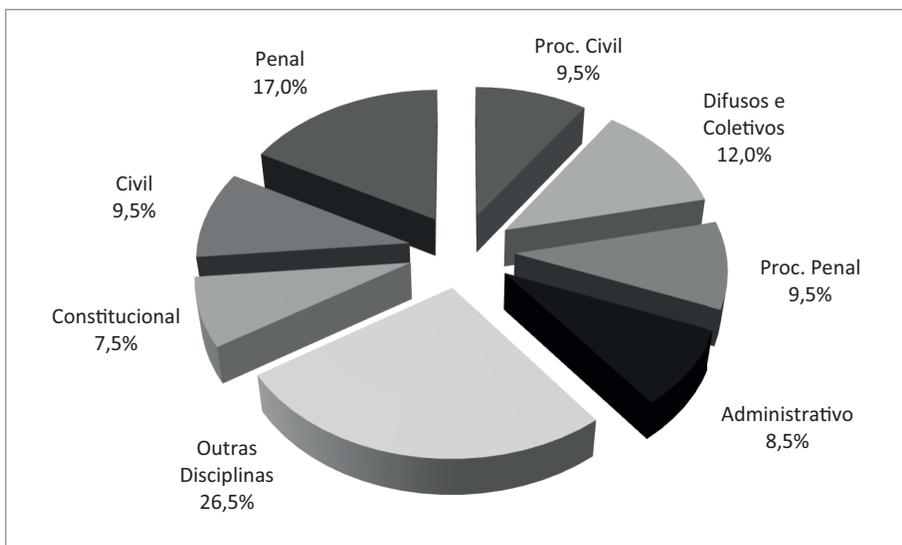


2.18. Todas as Disciplinas (Discursivas)

O livro traz questões discursivas para exemplificar ao leitor como elas exploram os conteúdos exigido nos editais.

As disciplinas mais tradicionais também são as que **mais caem** nessas provas dissertativas, na seguinte ordem: Direito Penal, Direitos Difusos e Coletivos, Direito Civil, Direito Processual Civil e Direito Processual Penal. As que **menos caem**: “Legislação Institucional”, “Filosofia, Sociologia e Teoria do Direito”, Direito Tributário e Direito Eleitoral.

Gráfico 18



STF Norma estadual e emenda parlamentar impositiva em lei orçamentária. São inconstitucionais emendas parlamentares estaduais de caráter impositivo em lei orçamentária anteriores à vigência das ECs 86/15 e 100/19. Inexiste no ordenamento jurídico brasileiro a figura da constitucionalidade superveniente, de modo que não há se falar na consequente convalidação das normas. Não cabe à Constituição estadual instituir a figura das programações orçamentárias impositivas fora das hipóteses previstas no regramento nacional. *ADI 6308, 3.6.2022. Pleno. Inf 1057.*

STF Ministério Público de Contas estadual e limites legais de gastos do Poder Executivo. É inconstitucional, por ofensa ao princípio da separação dos Poderes, norma estadual que submete as despesas com pessoal do MPC aos limites orçamentários fixados para o Poder Executivo. Cabe ao TCE a iniciativa de leis que tratem de sua organização e estrutura internas, o que inclui a organização do MPC, que integra, em termos estruturais, as Cortes de Contas, motivo pelo qual suas despesas não devem se submeter aos limites orçamentários fixados para o Poder Executivo. *ADI 5563, 3.6.2022. Pleno. Inf 1057.*

STF Processo legislativo para a autorização de alienação de ações de empresa estatal e obtenção de crédito para o custeio de despesas correntes de estado-membro. Não podem ser realizadas junto a instituições financeiras estatais operações financeiras com a finalidade de obtenção de crédito para pagamento de pessoal ativo, inativo e pensionista, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. A “regra de ouro” das finanças públicas versada no art. 167, III, da CF, segundo a qual o ente público não deve se endividar mais que o necessário para realizar suas despesas de capital, não impede a contratação de operações de crédito para o custeio de despesas correntes. O estado pode financiar suas despesas de capital mediante receitas de operações de crédito, desde que estas não excedam o montante das despesas de capital. Isso deverá ser observado pelo chefe do Poder Executivo quando fizer a operação financeira autorizada por lei. O art. 167, X, da CF não proíbe a concessão de empréstimos para pagamento de pessoal. O dispositivo veda, contudo, que os empréstimos realizados junto a instituições financeiras dos governos federal e estaduais sejam utilizados para aquele fim. Impede-se, portanto, a alocação das receitas obtidas com instituições financeiras estatais para o custeio de pessoal ativo e inativo. Por oportuno, nada impede a realização de empréstimos com instituições financeiras privadas para pagamento de despesas com pessoal, porquanto a proibição não as alcança. *ADI 5683, 20.4.2022. Pleno. Inf 1051.*

STF Emendas do relator-geral do orçamento: suspensão da execução orçamentária e prestação de serviços essenciais à coletividade. Diante dos riscos de paralisação de serviços essenciais à coletividade, deve-se dar, em juízo cautelar, continuidade à execução das despesas classificadas sob o identificador de Resultado Primário 9 (RP 9). *ADPF 850 MC-Ref-Ref, Pleno, 16.12.2021. Inf 1042.*

QUESTÕES DISCURSIVAS

11. (MP/PR/Promotor/2021) Como ramo do direito público, o Direito Financeiro assume papel fundamental na organização, planejamento, transparência e controle social do Estado. Apresente o conceito e o objeto do Direito Financeiro e indique os dispositivos da Constituição Federal que tratam da competência legislativa para a matéria e o capítulo que condensa exclusivamente regras e princípios sobre o referido ramo. Discorra, com objetividade e precisão, sobre os princípios orçamentários: a) da exclusividade, b) da universalidade e c) da não vinculação, indicando os dispositivos da Constituição Federal que lhe sejam pertinentes.

QUESTÕES OBJETIVAS

168. (Cespe/MP/TO/Promotor/2022) Com relação às normas de finanças públicas previstas na Constituição, assinale a opção correta.

- Faculta-se ao Poder Executivo fazer acompanhar o projeto de lei orçamentária de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- A realização de despesas ou a assunção de obrigações que excedam os créditos orçamentários dos órgãos e entidades da administração direta e indireta da União é permitida se houver parecer prévio do Tribunal de Contas da União aprovando-a.

- A lei orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público.
- Lei ordinária pode dispor sobre dívida pública e sobre emissão e resgate de títulos da dívida pública.
- A lei orçamentária anual não poderá conter previsões de despesas para exercícios seguintes.

169. (FGV/MP/GO/Promotor/2022) O governador do Estado-membro Alfa apresentou o projeto de lei orçamentária anual. Por ocasião de sua análise no âmbito da comissão permanente com competência na matéria, foi apresentada emenda parlamentar que ampliava a dotação direcionada a um programa específico de assistência social. Para tanto, foram indicados, como recursos a serem utilizados para cobrir a referida dotação, aqueles decorrentes da anulação parcial de despesas com (1) os juros a serem pagos em razão da dívida pública; (2) as transferências voluntárias que seriam realizadas a municípios situados no Estado-membro Alfa; e (3) o programa de construção de residências populares. Mostra-se compatível com a sistemática constitucional a anulação das despesas referidas:

- em 1, 2 e 3.
- apenas em 2 e 3.
- apenas em 1.
- apenas em 2.
- apenas em 3.

170. (Cespe/MP/SC/Promotor/2021) O princípio da reserva do possível está relacionado com problemas relativos à falta de recursos para ações dos estados para a efetivação de políticas públicas.

171. (Cespe/MP/SC/Promotor/2021) A lei orçamentária anual dispensa o lançamento de despesas relativas à dívida pública contraída em exercícios anteriores.

172. (Cespe/MP/SC/Promotor/2021) Para a apuração da receita corrente líquida dos estados, devem-se deduzir as parcelas entregues aos municípios por determinação constitucional.

173. (MP/DFT/Promotor/2021) Julgue os itens a seguir:

- O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios é mantido com orçamento da União Federal para despesas de pessoal e do Distrito Federal para despesas correntes.
- O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios pode exercer controle externo sobre execução orçamentária e financeira de programas de trabalho incluídos por emendas individuais de deputados distritais.
- A execução orçamentária e financeira dos programas de trabalho incluídos por emendas individuais dos deputados distritais ao projeto de Lei Orçamentária Anual é compulsória quando destinada a serviços públicos de saúde.
- As emendas individuais endereçadas por parlamentares distritais ao projeto de Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal devem respeitar o limite de 1,2% da receita corrente líquida nele estimada.

São verdadeiros os itens:

- II e III.
- I, II e III.
- I, III e IV.
- II e IV.
- I, II, III e IV.

174. (Cespe/MP/SC/Promotor/2021) Aos entes da Federação é facultada a redução de vencimentos de seus servidores para adequação de gastos com pessoal, de acordo com o STF.

175. (Cespe/MP/SC/Promotor/2021) As disposições relativas às renúncias de receita não se aplicam às alterações de alíquotas de imposto de renda nem ao cancelamento de débito cujo montante seja superior ao das respectivas cobranças.

176. (Cespe/MP/PI/Promotor/2019) Ao elaborar as previsões da receita pública, a administração deve levar em conta, entre outros, os seguintes critérios de classificação:

- a) o econômico e o programático.
- b) o programático e o instrumental.
- c) o instrumental e o funcional.
- d) o econômico e o da existência de vinculações.
- e) o funcional e o da existência de vinculações.

177. (Fundep/MP/MG/Promotor/2019) A Lei nº 4.320/64, ainda sob a vigência da Constituição da República de 1946, estabeleceu regras sobre orçamento e sua execução pelo poder público. A Constituição da República de 1988 recepcionou a legislação anterior naquilo que era materialmente compatível. No entanto, o tratamento constitucional dado às leis orçamentárias promoveu profundas alterações no sistema jurídico criado pela legislação anterior, em especial dispoendo sobre as três modalidades distintas de leis orçamentárias. Sobre o novel tratamento constitucional dado à Lei nº 4.320/64, aponte a alternativa incorreta:

- a) No âmbito federal, o plano plurianual deverá ser apresentado por iniciativa do Chefe do Poder Executivo Federal e estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, para as despesas de capital e outras dela decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- b) A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- c) A lei orçamentária anual aprovada pelas duas casas do Congresso Nacional compreenderá, dentre outros, o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público.
- d) É obrigatória a execução orçamentária e financeira das emendas parlamentares individuais, em percentual definido pela Constituição da República, sendo a metade desse montante destinada a ações e serviços públicos de saúde.

178. (Cespe/MP/PI/Promotor/2019) Durante a tramitação de um projeto de lei orçamentária no Congresso Nacional, foi decidida a inclusão, por emenda, de determinada dotação, para o que foi reduzida, em mesmo valor, outra dotação. Nesse caso, de acordo com a determinação constitucional, pode ter sido reduzida dotação para:

- a) pessoal.
- b) encargos sobre as despesas com pessoal.
- c) amortização da dívida.
- d) transferências tributárias constitucionais para estados.
- e) investimentos.

179. (Cefet/MP/BA/Promotor/2018) Sobre as finanças públicas, de acordo com a Constituição Federal/1988 e suas alterações, é correto afirmar que:

- a) é defeso ao Banco Central comprar títulos de emissão do Tesouro Nacional como forma de regular a taxa de juros.
- b) as disponibilidades de caixa da União e do Distrito Federal serão depositadas no Banco Central.
- c) à lei que trata do plano plurianual é defeso estabelecer de forma regionalizada as metas da administração pública federal para as despesas de capital.
- d) se inclui na lei orçamentária anual da União o orçamento de investimento das empresas em que ela, mesmo indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- e) a realização de despesas ou a assunção de obrigações que excedam os créditos orçamentários dos órgãos e entidades da administração direta e indireta da União dependerá de parecer prévio do Tribunal de Contas da União.

180. (MP/SP/Promotor/2017) O Ministério Público propôs, em face da Fazenda Pública do Estado, demanda coletiva, visando condená-la em obrigação de fazer, consubstanciada na realização de obras estruturais emergenciais necessárias para assegurar a integridade física dos detentos de determinada unidade prisional. Em contestação, a Fazenda arguiu a incidência de discricionariedade administrativa, da teoria da reserva do possível e da inexistência de previsão orçamentária para os gastos pertinentes. O Magistrado culminou por julgar improcedente a demanda, acolhendo, para tanto, as teses defensivas aqui mencionadas. Ante tais premissas, e em consonância com posicionamento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, o entendimento correto é que a sentença:

- a) deve ser confirmada em virtude dos três argumentos lançados pela Fazenda Pública em sua contestação.
- b) deve ser confirmada, vez que não é dado ao Poder Judiciário interferir na execução do orçamento público, determinando a utilização de verbas para finalidades distintas daquelas originariamente constantes da lei orçamentária em cumprimento.
- c) merece prestígio caso o Estado venha a provar que efetivamente realiza o possível para o atendimento dos direitos fundamentais, mas que, apesar disso, a sua capacidade econômica é insuficiente para suprir todas as demandas sociais existentes.
- d) deve ser confirmada, vez que o tema se encontra na esfera do mérito do ato administrativo, infenso, portando, ao controle jurisdicional.
- e) comporta reforma, vez que a assecuração do postulado da dignidade da pessoa humana sobrepuja a margem de discricionariedade conferida ao Administrador Público e direciona o investimento de recursos, inviabilizando a adoção da teoria da reserva do possível.

181. (MP/RS/Promotor/2017) À luz da Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, não integrará ou acompanhará a Lei Orçamentária Anual:

- a) autorização para a alienação de bem imóvel.
- b) sumário geral da receita por fontes.
- c) quadro discriminativo da receita por fontes.
- d) quadro das dotações por órgãos do Governo.
- e) quadro demonstrativo da receita.

7. DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

7.1. Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica

SÚMULAS

STF Súm. Vinculante 38. É competente o município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.

STF Súm. Vinculante 49. Ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.

STF Súm. 70. É inadmissível a interdição de estabelecimento como meio coercitivo para cobrança de tributo.

STF Súm. 323. É inadmissível a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de tributos.

STF Súm. 547. Não é lícito à autoridade proibir que o contribuinte em débito adquira estampilhas, despache mercadorias nas alfândegas e exerça suas atividades profissionais.

INFORMATIVOS

STF Privatização de empresa estatal e transferência de débitos judiciais ao estado. É constitucional norma estadual que prevê a assunção de obrigações financeiras resultantes de sentença judicial proferida após a privatização de sociedade de economia mista prestadora de serviço público pelo respectivo estado. A norma não cria despesas efetivas nem constitui privilégios fiscais concedidos à então estatal. Ela também não viola o princípio da isonomia ou o ato jurídico perfeito. Isso porque, ao determinar a assunção de apenas alguns débitos, o legislador atuou dentro de seu espaço de discricionariedade, visando tornar a operação mais atrativa à luz do interesse público e estimular a aquisição. *ADI 5271, 26.8.2022. Pleno. Inf 1065.*

STF Transporte coletivo interestadual: gratuidade e redução de tarifa para jovens de baixa renda. É constitucional – por não ofender o direito de propriedade e os princípios da ordem econômica e do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos – lei federal que determina a reserva, por veículo, de duas vagas gratuitas e, após estas esgotarem, de duas vagas com tarifa reduzida em, no mínimo, 50%, para serem utilizadas por jovens de baixa renda no sistema de transporte coletivo interestadual de passageiros. A norma impugnada concretiza o direito ao transporte a um grupo vulnerável, economicamente e constitucionalmente tutelado, atribuindo ao poder regulamentar a definição dos procedimentos e critérios para o seu exercício. A CF preceitua que a livre iniciativa e a propriedade privada devem ser compatibilizadas com o objetivo de redução das desigualdades regionais e sociais, de forma a assegurar existência digna a todos, conforme os ditames da justiça social. *ADI 5657, 17.11.2022. Pleno. Inf 1076.*

STF Energia elétrica e regulamentação por medida provisória com posterior conversão em lei. A Medida Provisória 144/03, convertida na Lei 10.848/04, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, não viola o art. 246 da CF. A EC 6/95 não promoveu alteração substancial na disciplina constitucional do setor elétrico, mas, em razão da revogação do art. 171 da CF, restringiu-se a substituir a expressão “empresa brasileira de capital nacional” pela expressão “empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no país”, incluída no § 1º do art. 176 da CF pela EC 6/95. O setor elétrico já estava, antes dessa alteração, aberto ao capital privado. Houve apenas ampliação colateral em relação às empresas que poderiam ser destinatárias de autorização ou concessão para explorar o serviço. A MP não se destinou a dar eficácia às modificações introduzidas pela EC 6/95, mas a regulamentar o art. 175 da CF, que dispõe sobre o regime de prestação de serviços públicos no setor elétrico. *ADI 3090, 20.4.2022. Pleno. Inf 1051.*

QUESTÕES OBJETIVAS

182. (FGV/MP/GO/Promotor/2022) Sensível às longas filas que se formavam nos supermercados do Estado, postergando em muito o atendimento daqueles que compareciam a esses locais para a aquisição de gêneros em geral, o governador do Estado Gama apresentou projeto de lei para determinar que esses estabelecimentos passassem a acondicionar ou embalar as compras. O projeto assim apresentado resultou na Lei estadual nº XX. À luz da ordem constitucional vigente, a Lei estadual nº XX é:

- materialmente inconstitucional, por afronta à livre iniciativa.
- materialmente constitucional, pois a medida determinada é direcionada à proteção do consumidor.
- formalmente inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre direito do consumidor.
- materialmente constitucional, pois o dever de embalar os gêneros se integra ao ciclo de produção e de comércio.
- formalmente inconstitucional, pois compete privativamente aos municípios legislar sobre assuntos de interesse local.

183. (MP/SP/Promotor/2022) Assinale a alternativa correta.

- Mediante lei poderá ser exigido ato de liberação, a ser concedido pelo Poder Público, como condição para exercício de atividade econômica.

- A ordenação da localização e das especificações das antenas de telecomunicações na esfera local caracteriza um conflito de competências concorrentes entre União e Município em matéria de saúde, exclusivamente, encerrando-se a questão em favor deste: mesmo existindo lei federal e autorização regulatória da Agência Reguladora setorial, a hermenêutica constitucional jamais pode tolher a competência que detêm os entes menores para dispor sobre determinada matéria (“presumption against preemption”).
- Considerando as competências privativas de os Municípios legislar sobre interesse local e prestarem o transporte coletivo local, o que pressupõe a sua organização, é constitucional lei municipal que proíba ou restrinja transporte por motorista cadastrado em aplicativo.
- Para fins de ordenação urbanística, visando ao melhor planejamento das cidades, leis municipais podem restringir a instalação de estabelecimento comercial em determinado perímetro geográfico porque no mesmo local já existem outros estabelecimentos do mesmo ramo, de modo a levá-lo a se fixar em áreas desabastecidas por esse segmento da atividade econômica.
- Ofende a livre iniciativa lei municipal que estabeleça ato de liberação para exercício de atividade econômica cujos requisitos sejam extremamente custosos ou desnecessários, cabendo controle via ação direta de inconstitucionalidade em face da Constituição Federal.

184. (FCC/MP/PE/Promotor/2022) De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do que estabelece a Constituição Federal sobre a ordem econômica e financeira:

- a cota de tela, que é a obrigatoriedade de exibição de filmes nacionais nos cinemas brasileiros, conflita com os direitos à livre iniciativa, à livre concorrência e à liberdade privada.
- tendo em vista a supremacia do interesse público sobre o privado, as empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos ao setor privado.
- a proibição ou restrição da atividade de transporte privado individual por motorista cadastrado em aplicativo é constitucional, não havendo que falar em violação aos princípios da livre iniciativa e da livre concorrência.
- é assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, mediante autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.
- a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.

185. (Cespe/MP/SC/Promotor/2021) A defesa do consumidor é um dos princípios traçados pela Constituição Federal de 1988 para a ordem econômica.

186. (Fundep/MP/MG/Promotor/2021) Analise as assertivas abaixo e, conforme sejam verdadeiras (V) ou falsas (F), assinale a alternativa correta:

- A livre concorrência, expressamente consagrada na Constituição Federal, impede que incentivos fiscais não extensivos às empresas privadas sejam concedidos às empresas públicas e sociedades de economia mista, prestadoras de serviço público.
- Ao contrário dos serviços de saúde e educação, o serviço postal é considerado “privilégio” estatal, não podendo ser prestado direta e livremente pela iniciativa privada.

- III. Não ofende o princípio da isonomia norma legal que concede tratamento tributário especial e diferenciado às microempresas e empresas nacionais de pequeno porte.
- IV. O Supremo Tribunal Federal não reconhece o direito de “desaposentação” e “reapresentação”, devendo o aposentado que permanece empregado no mercado de trabalho contribuir para a previdência social, em razão do princípio da solidariedade que rege o sistema.
- a) V, V, V, F.
b) F, V, V, V.
c) F, F, F, V.
d) V, F, V, F.

187. (MP/DFT/Promotor/2021) Responda à questão considerando as assertivas abaixo:

- I. Compete privativamente à União legislar sobre vencimentos dos membros das polícias civil e militar do Distrito Federal.
- II. Nos termos da Constituição Federal em vigor, o Brasil rege-se nas suas relações internacionais por diversos princípios, dentre eles o da não intervenção em assuntos internos de outras nações soberanas e o da solução pacífica dos conflitos.
- III. Ofende o princípio da livre concorrência a lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.
- a) Se a assertiva I for correta.
b) Se a assertiva II for correta.
c) Se a assertiva III for correta.
d) Se nenhuma das assertivas for correta.
e) Se todas as assertivas forem corretas.

188. (Fundep/MP/MG/Promotor/2019) Assinale a assertiva verdadeira:

- a) A lei municipal que regulamenta o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais padece de inconstitucionalidade formal derivada da imprópria ingerência da Administração Pública em atividade privada.
- b) Ofende o direito à livre concorrência a lei municipal que possibilita à Administração Pública impedir a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.
- c) Os estabelecimentos comerciais, por força da diretriz da livre iniciativa, não podem sofrer restrições de direitos pela Administração Pública municipal, excetuando-se nas matérias tributárias e na temática de vigilância sanitária.
- d) O horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e as restrições ao seu funcionamento não representam assunto de interesse local e, portanto, podem sofrer interferências pelo Prefeito apenas nas situações estritas autorizadas pela legislação estadual, conforme o direito à livre iniciativa.

189. (MP/PR/Promotor/2018) Assinale a alternativa incorreta:

- a) Ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.
- b) Viola o princípio da livre iniciativa contrato pactuado entre ente federativo e instituição financeira, que assegura exclusividade de concessão de empréstimo consignado em folha de pagamento aos servidores da pessoa jurídica.
- c) É inconstitucional a lei que inclui a CDA no rol de títulos sujeitos a protesto, pois a publicidade que é conferida ao débito tributário pelo protesto representa embaraço à livre iniciativa e à liberdade profissional, comprometendo diretamente a organização e a condução das atividades societárias.
- d) É defeso à Fazenda Pública obstaculizar a atividade empresarial com a imposição de penalidades, como a apreensão de

mercadorias e restrição à impressão de notas fiscais em bloco, no intuito de compelir o contribuinte ao adimplemento de tributo vencido.

- e) O percentual de desconto obrigatório e linear nas vendas de determinados medicamentos ao poder público, chamado Coeficiente de Adequação de Preço (CAP), opera como fator de ajuste de preços, permitindo, assim, que se chegue ao Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG), o que vai ao encontro da reprovação constitucional do aumento arbitrário de lucros (art. 173, § 4º, CF/1988).

190. (Fundep/MP/MG/Promotor/2018) São princípios gerais da Atividade Econômica, previstos no art. 170 da CR/88, exceto:

- a) soberania nacional.
b) pleno emprego.
c) defesa do consumidor.
d) função social da propriedade.

191. (Cefet/MP/BA/Promotor/2018) Sobre a Ordem Econômica e Financeira, de acordo com a Constituição Federal/1988 e suas alterações, é correto afirmar que:

- a) os princípios da ordem econômica brasileira permitem instituir, no que se refere à defesa do meio ambiente, normatização diferenciada, em conformidade com o impacto ambiental dos produtos e serviços.
- b) o estatuto jurídico da empresa pública, estabelecido por lei, disporá sobre sua função social e formas de fiscalização pelo Estado e pela sociedade, assim como sobre os eventuais privilégios fiscais que não abrangem as empresas do setor privado.
- c) é assegurada participação ao proprietário do solo nos resultados da lavra de recursos minerais, no valor estabelecido em ato específico do Poder Executivo.
- d) a lei dará tratamento jurídico diferenciado às microempresas e às empresas de pequeno porte, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias e creditícias, vedada a eliminação de obrigações previdenciárias.
- e) a autorização para o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida será concedida pelo Poder Executivo Federal, ouvidos os órgãos ambientais locais.

192. (MP/PR/Promotor/2018) Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta: Constituem infração à ordem econômica, conforme a Lei n. 12.529/11 (que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e dispõe sobre prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica), independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados, que tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos, ainda que não sejam alcançados:

- I. Limitar, falsear ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou a livre iniciativa.
- II. Condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos.
- III. Impedir o acesso de concorrente às fontes de insumo, matérias-primas, equipamentos ou tecnologia, bem como, aos canais de distribuição.
- IV. Colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro).
- a) Somente as assertivas I e II estão corretas.
b) Somente as assertivas I e III estão corretas.
c) Somente as assertivas II e III estão corretas.

- d) Somente as assertivas III e IV estão corretas.
e) Todas as assertivas estão corretas.

193. (MP/RS/Promotor/2017) Nos moldes estabelecidos pelo artigo 174 da Constituição Federal, é incorreto afirmar que:

- a) o Estado, como agente normativo e regulador da atividade econômica, exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para os setores público e privado.
b) a lei estabelecerá as diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, o qual incorporará e compatibilizará os planos nacionais e regionais de desenvolvimento.
c) a lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.
d) o Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros.
e) as cooperativas a que se refere o parágrafo 3º do artigo 174 da Constituição da República terão prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas de minerais garimpáveis, nas áreas onde estejam atuando, e naquelas fixadas de acordo com o artigo 21, inciso XXV, da Carta Federal, na forma da lei.

7.2. Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária

SÚMULAS

STJ Súm. 354. A invasão do imóvel é causa de suspensão do processo expropriatório para fins de reforma agrária.

REPERCUSSÃO & REPETITIVOS

STF Rep. Geral 961. É impenhorável a pequena propriedade rural familiar constituída de mais de 1 (um) terreno, desde que contínuos e com área total inferior a 4 (quatro) módulos fiscais do município de localização. *ARE 1038507, 21.12.2020.*

QUESTÕES OBJETIVAS

194. (Cespe/MP/SE/Promotor/2022) O direito de propriedade não se reveste de caráter absoluto, eis que, sobre ele, pesa grave hipoteca social, a significar que, descumprida a função social que lhe é inerente (CF, art. 5º, XXIII), legitimar-se-á a intervenção estatal na esfera dominial privada, observados, contudo, para esse efeito, os limites, as formas e os procedimentos fixados na própria Constituição da República. (Brasil. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade n. 2213-MC, relator: min. Celso de Mello. Diário da Justiça da União, 23 abr. 2004). Tendo como referência o fragmento de texto precedente, julgue os próximos itens, relativos à função social da propriedade.

- I. Poderá ser objeto de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social.
II. Não cumpre a função social o imóvel rural que não mantém níveis satisfatórios de produtividade.
III. A propriedade rural cumpre sua função social se estiver em conformidade com o plano diretor do município em que estiver inserida.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item II está certo.
b) Apenas o item III está certo.
c) Apenas os itens I e II estão certos.
d) Apenas os itens I e III estão certos.
e) Todos os itens estão certos.

195. (Cespe/MP/RR/Promotor/2017) A questão agrária é uma importante fonte de estudo das complexas relações socioeconômicas da sociedade brasileira. Nesse sentido, visando preservar a finalidade econômica e a destinação social da propriedade, o Estatuto da Terra – Lei n. 4.504/1964 – traz diversas exigências a respeito da propriedade rural. Acerca da questão da propriedade rural, assinale a opção correta.

- a) É vedado que o imóvel rural seja dividido em áreas de dimensão inferior à constitutiva do módulo de propriedade rural.
b) Um dos herdeiros de terra herdada poderá decidir explorá-la, mas, nesse caso, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária não concederá financiamento para a indenização dos demais herdeiros.
c) No caso de partilhas amigáveis, fica a critério das partes a definição das dimensões da propriedade rural, independentemente de vinculação ao módulo de propriedade rural.
d) Nos casos de sucessão “causa mortis”, poderá haver, excepcionalmente, a divisão do imóvel rural em áreas inferiores às dimensões do módulo de propriedade rural.

196. (Cespe/MP/RR/Promotor/2017) Segundo a CF, a propriedade rural deve cumprir a denominada função social. Para o cumprimento dessa função, a CF prevê o cumprimento de determinadas exigências, como a:

- a) priorização da propriedade coletiva.
b) limitação de dimensão equivalente ao módulo rural.
c) exploração que favoreça o bem-estar do proprietário e dos trabalhadores.
d) manutenção da propriedade sem nenhum controle estatal.

197. (MP/PR/Promotor/2017) Assinale a alternativa incorreta:

- a) Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.
b) Considera-se Reforma Agrária o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país.
c) Pode-se compreender a orientação sexual como uma referência à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas.
d) Pode-se conceituar Povos e Comunidades Tradicionais como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.
e) Considera-se desigualdade racial toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica.

198. (Cespe/MP/RR/Promotor/2017) A Lei de Terras de 1850 – Lei n. 601/1850 – foi uma das primeiras leis a tratar da questão das terras devolutas no Brasil, isto é, das terras a que o poder público não deu nenhuma destinação especial. A respeito desse assunto, assinale a opção correta.

- a) São disponíveis as terras devolutas mesmo que necessárias à proteção de ecossistemas naturais.
- b) Para a alienação de terras públicas com área superior a 2.500 hectares, é suficiente a prévia aprovação do Senado Federal.
- c) A destinação de terras devolutas independe de compatibilidade com a política agrícola e com o Plano Nacional da Reforma Agrária.
- d) Para a alienação ou a concessão de terras públicas para fins de reforma agrária, é desnecessária a aprovação do Congresso Nacional.

7.3. Do Sistema Financeiro Nacional

SÚMULAS

STF Súm. Vinculante 7. A norma do parágrafo 3º do artigo 192 da Constituição, revogada pela Emenda Constitucional 40/2003, que limitava a taxa de juros reais a 12% ao ano, tinha sua aplicabilidade condicionada à edição de lei complementar.

STF Súm. 121. É vedada a capitalização de juros, ainda que expressamente convencionada.

STF Súm. 596. As disposições do Decreto 22.626 de 1933 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas, que integram o sistema financeiro nacional.

STJ Súm. 179. O estabelecimento de crédito que recebe dinheiro, em depósito judicial, responde pelo pagamento da correção monetária relativa aos valores recolhidos.

STJ Súm. 271. A correção monetária dos depósitos judiciais independe de ação específica contra o banco depositário.

STJ Súm. 283. As empresas administradoras de cartão de crédito são instituições financeiras e, por isso, os juros remuneratórios por elas cobrados não sofrem as limitações da Lei de Usura.

STJ Súm. 287. A Taxa Básica Financeira (TBF) não pode ser utilizada como indexador de correção monetária nos contratos bancários.

STJ Súm. 288. A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pode ser utilizada como indexador de correção monetária nos contratos bancários.

STJ Súm. 382. A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade.

STJ Súm. 538. As administradoras de consórcio têm liberdade para estabelecer a respectiva taxa de administração, ainda que fixada em percentual superior a dez por cento.

8. DA ORDEM SOCIAL

8.1. Da Seguridade Social

QUESTÕES OBJETIVAS

199. (MP/PR/Promotor/2017) Assinalei a alternativa correta:

- a) Ressalvados os impedimentos de ordem infraconstitucional, não há óbice constitucional a que o servidor efetivo aposentado compulsoriamente permaneça na função de confiança, no cargo comissionado que já desempenhava ou a que seja nomeado para cargo de livre nomeação e exoneração, uma vez que não se trata de continuidade ou criação de vínculo efetivo com a Administração.
- b) O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS que permanecer em atividade sujeita a este Regime, ou a ele retornar, não fará jus a prestação alguma da Previdência Social em decorrência do exercício dessa atividade, exceto ao auxílio-doença, ao salário-família e à reabilitação profissional, quando empregado.
- c) Estende-se ao estrangeiro, ainda que em situação irregular, a garantia de um salário-mínimo de benefício mensal, caso idoso ou portador de necessidades especiais, que comprove

não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

- d) É defeso ao Magistrado, que entender que o Segurado faz jus a benefício distinto daquele requerido na inicial, encaminhar o feito ao juízo competente para examinar a possibilidade de concessão de outra benesse de cunho previdenciário.
- e) Compete à Justiça Federal julgar ação ajuizada por viúva de segurado, aposentado em razão de acidente de trabalho, na qual se pede ao INSS a concessão da respectiva pensão, desde que não haja discussão, próxima ou remota, do acidente de trabalho.

8.2. Da Educação, da Cultura e do Desporto

SÚMULAS

STF Súm. Vinculante 12. A cobrança de taxa de matrícula nas universidades públicas viola o disposto no art. 206, IV, da Constituição Federal.

STF Súm. 643. O Ministério Público tem legitimidade para promover ação civil pública cujo fundamento seja a ilegalidade de reajuste de mensalidades escolares.

STJ Súm. 34. Compete à justiça estadual processar e julgar causa relativa a mensalidade escolar, cobrada por estabelecimento particular de ensino.

STJ Súm. 570. Compete à justiça federal o processamento e julgamento de demanda em que se discute a ausência de ou o obstáculo ao credenciamento de instituição particular de ensino superior no Ministério da Educação como condição de expedição de diploma de ensino a distância aos estudantes.

REPERCUSSÃO & REPETITIVOS

STF Rep. Geral 958. É constitucional a norma geral federal que reserva fração mínima de um terço da carga horária dos professores da educação básica para dedicação às atividades extraclasse. *RE 936790, 29.5.2020.*

QUESTÕES OBJETIVAS

200. (FCC/MP/PE/Promotor/2022) De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do que estabelece a Constituição Federal sobre a educação e cultura, bem como em relação à repartição de competência dos entes públicos da federação na matéria:

- a) A escolha do dirigente máximo de Universidades públicas pelo Chefe do Poder Executivo, a partir de lista triplíce, com atribuições eminentemente executivas, prejudica e perturba o exercício da autonomia universitária, significando ato de fiscalização e interferência na escolha ou execução de políticas próprias da instituição.
- b) Lei estadual pode fixar critério etário para o ingresso no Ensino Fundamental diferente daquele estabelecido em lei federal e regulamentado pelo Ministério da Educação.
- c) O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional, e a lei disporá ato de fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.
- d) Lei estadual pode estabelecer a redução obrigatória e proporcional das mensalidades da rede particular de ensino, no âmbito do Estado durante a vigência de medidas restritivas de caráter temporário para enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus.
- e) Lei Complementar estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração anual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público.

201. (FGV/MP/GO/Promotor/2022) O promotor de justiça da Comarca Alfa recebeu representação informando que (1) o Município Alfa contava com uma universidade pública; (2)

essa universidade estava cobrando taxa de matrícula, fixada em patamares módicos, daqueles que se matriculassem nos cursos de graduação e de pós-graduação e não fossem hipossuficientes; e (3) ainda cobrava mensalidades nos cursos de especialização. Por entender que esses três aspectos eram ilícitos, o representante solicitou a adoção das providências necessárias à sua cessação. O promotor de justiça concluiu, corretamente, à luz da Constituição da República de 1988, que era(m) ilícito(s) o(s) aspecto(s) factual(is) descrito(s):

- a) apenas em 1 e 2.
- b) apenas em 2 e 3.
- c) apenas em 2.
- d) apenas em 3.
- e) em 1, 2 e 3.

202. (FGV/MP/GO/Promotor/2022) A Promotoria de Justiça responsável apurou que a Prefeitura Municipal de Cristianópolis (GO) teria implementado, durante a pandemia de Covid-19, programa de distribuição de cestas básicas ou kits de gêneros alimentícios durante o período de suspensão das atividades escolares, durante o qual não houve o oferecimento de atividade pedagógica a distância em substituição ao ensino presencial para o cômputo do ano letivo. Diante dessa situação, é correto afirmar que o programa:

- a) poderia ser financiado com recursos provenientes da quota municipal do salário-educação.
- b) não poderia ser financiado com recursos incluídos no orçamento municipal objetivando a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar.
- c) poderia ser financiado com recursos provenientes da quota municipal do salário-educação e do mínimo constitucional de aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino.
- d) poderia ser financiado com recursos incluídos no orçamento municipal objetivando a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar e com aqueles provenientes do mínimo constitucional de aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino.
- e) não poderia ser financiado com verbas oriundas do mínimo constitucional de aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino.

203. (FGV/MP/GO/Promotor/2022) A educação básica obrigatória é direito indisponível assegurado em sede constitucional a crianças e adolescentes em idade escolar (art. 208, I, da Constituição da República de 1988). Nesse particular, à luz da interpretação empreendida pelo Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- a) a Constituição da República de 1988 veda o ensino domiciliar, prática que subverte a ideia de solidariedade entre a família e o Estado como núcleo principal à formação educacional de crianças e adolescentes.
- b) o ensino domiciliar é um direito público subjetivo do aluno e de sua família, extraído da precedência do papel da família e da subsidiariedade do papel estatal na formação educacional de crianças e adolescentes.
- c) o ensino domiciliar não é um direito público subjetivo do aluno ou de sua família, porém não é vedada sua criação por meio de lei federal, editada pelo Congresso Nacional, na modalidade “utilitarista” ou “por conveniência circunstancial”, desde que observadas as exigências constitucionais relativas à educação.
- d) o ensino domiciliar é um direito público subjetivo do aluno e de sua família, sendo autoaplicável nas modalidades “utilitarista” e “por conveniência circunstancial” e dependente de regulamentação nas espécies “unschooling” radical

(desescolarização radical), “unschooling” moderado (desescolarização moderada) e “homeschooling” puro.

- e) é inconstitucional a legislação que regulamenta o ensino domiciliar, prática que aprofunda a separação anti-isonômica das classes sociais em matéria educacional e desvaloriza o convívio entre as crianças como parte essencial do processo educativo.

204. (Fundep/MP/MG/Promotor/2022) Sobre a tutela do patrimônio cultural, é incorreto afirmar:

- a) Ao Poder Público, com a colaboração da comunidade, cabe o dever de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e outras formas de acautelamento e preservação.
- b) São sujeitos ao tombamento, entre outros bens, os monumentos naturais e os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.
- c) O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma centralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção de forma autônoma e individual por cada ente federado de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, tendo por objetivo promover o desenvolvimento ambiental, humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais.
- d) É dever do Estado garantir a todos o exercício pleno dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, bem como apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais.

205. (Fundep/MP/MG/Promotor/2022) Considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça quanto à tutela e proteção do patrimônio histórico, estético, turístico, cultural, artístico e paisagístico, assinale a alternativa incorreta:

- a) No campo da ordem pública do patrimônio histórico, cultural, paisagístico e turístico, o imóvel, o sítio, a edificação ou a paisagem não precisam estar necessariamente tombados, ou encravados em local ou conjunto tombado, para serem dignos de proteção administrativa e judicial. O pressuposto é que ostentem características ou funções que disparem o dever-poder de cuidado pelo Estado.
- b) Os atributos dos bens culturais tombados ou protegidos na forma de conjunto são reconhecidos com caráter unitário pelo legislador, em entidade ideal e complexa que transcende a individualidade de cada um dos seus elementos-componentes, constituindo verdadeira universalidade de direito, na forma do artigo 91 do Código Civil.
- c) O tombamento geral – que atinge todos os bens situados em um bairro ou cidade – exige, para sua eficácia, a individualização do bem tombado e a prévia notificação do proprietário.
- d) O inventário, isoladamente, já assegura proteção legal aos bens de valor histórico e artístico. Uma vez inventariado, o bem deve ser salvaguardado pelo Estado, pelo proprietário e pela sociedade em geral. Por outro lado, a notificação, que deflagra o tombamento provisório, impõe ao proprietário dever de abstenção absoluta de realizar qualquer intervenção no bem sem expressa, inequívoca e válida autorização da autoridade competente.

206. (MP/SP/Promotor/2022) Celso Ribeiro Bastos e Ives Gandra Martins ensinam, em Comentários à Constituição do Brasil. São Paulo: Saraiva, 1998. 8º vol., p. 435, que A liberdade de ensino possibilita e garante um desenvolvimento amplo da ciência e da pesquisa no país. Essa liberdade, frisamos, visa a exterminar qualquer tipo de autoritarismo e de manipulação que a educação

possa sofrer. A liberdade de ensino pressupõe, antes de tudo, a ideia de que os professores podem trabalhar segundo suas convicções, não estando obrigados a ensinar o que os outros impõem. Dessa lição doutrinária se extrai qual dos princípios legais a seguir?

- A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivos o bem-estar e a justiça sociais.
- Gestão democrática do ensino público, na forma da lei.
- O pluralismo de ideias e concepções pedagógicas.
- Valorização dos profissionais da educação.

207. (MP/DFT/Promotor/2021) Responda à questão considerando as assertivas abaixo:

- Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins será confiscado e reverterá em benefício de instituições e pessoal especializados no tratamento e recuperação de viciados e no aparelhamento e custeio de atividades de fiscalização, controle, prevenção e repressão do crime de tráfico dessas substâncias.
- A Constituição Federal estabelece a não crueldade da utilização de animais para práticas desportivas no Brasil, no caso de manifestações culturais registradas como patrimônio cultural brasileiro, assegurado o bem-estar dos animais envolvidos, conforme regulamentação por lei específica.
- É admissível proposta de Emenda à Constituição Federal em vigor, apresentada por um terço dos membros da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, ou das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, desde que, quanto a estas, cada uma delas se manifeste pela maioria relativa de seus membros.
 - Se a assertiva I for correta.
 - Se a assertiva II for correta.
 - Se a assertiva III for correta.
 - Se nenhuma das assertivas for correta.
 - Se todas as assertivas forem corretas.

208. (Consulplan/MP/SC/Promotor/2019) O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, e somente pode ter natureza não confessional, conforme o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal.

209. (Fundep/MP/MG/Promotor/2019) O dever do Estado em relação à educação, consoante a Constituição de 1988, será efetivado mediante a garantia de, exceto:

- progressiva universalização do ensino médio gratuito.
- atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
- educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças de até 6 (seis) anos de idade.
- acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

210. (MP/SP/Promotor/2017) Considere os seguintes conceitos:

- Consiste na transmissão de valores e experiências entre as gerações, permitindo às mais novas alcançar perfeita interação social, propiciando-lhes meios e instrumentos para que possam manter, aprimorar e, posteriormente, retransmitir a seus sucessores o arcabouço cultural, os valores e os comportamentos adequados à vida em sociedade e indispensáveis para o processo de evolução social rumo a um efetivo Estado Democrático de Direito, que deve ter por premissa a consagração da Dignidade da Pessoa Humana.

- Desenvolve-se sistematicamente, segundo planos formais que incluem conteúdos e meios previamente traçados para atingir objetivos intencionalmente determinados, sendo de regra ministrado em unidades educacionais da rede pública ou privada.

- Constitui o traço identificativo de um povo, marco de sua união, de costumes e desígnios comuns. É formado por valores atribuídos a bens materiais ou imateriais pelos seres humanos, em virtude de seus predicamentos intrínsecos ou extrínsecos.

Tais conceitos referem-se, respectivamente, aos direitos:

- à cultura, à educação e ao ensino.
- à educação, ao ensino e à cultura.
- ao ensino, à educação e à cultura.
- à cultura, ao ensino e à educação.
- à educação, à cultura e ao ensino.

211. (MP/RS/Promotor/2017) Assinale a alternativa incorreta, levando em consideração o disposto no artigo 216 da Constituição Federal.

- O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.
- Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.
- É dever dos Estados e do Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais, serviço da dívida e qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.
- Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.
- A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

8.3. Da Comunicação Social

REPERCUSSÃO & REPETITIVOS

STF Rep. Geral 704. São constitucionais a cota de tela, consistente na obrigatoriedade de exibição de filmes nacionais nos cinemas brasileiros, e as sanções administrativas decorrentes de sua inobservância. *RE 627432, 18.3.2021.*

STF Rep. Geral 1013. São constitucionais os procedimentos licitatórios que exijam percentuais mínimos e máximos a serem observados pelas emissoras de rádio na produção e transmissão de programas culturais, artísticos e jornalísticos locais, nos termos do artigo 221 da Constituição Federal de 1988. *RE 1070522, 18.3.2021.*

STF Rep. Geral 1039. Presente razoável e adequada finalidade de fazer chegar ao maior número de brasileiros diversas informações de interesse público, é constitucional o artigo 38, "e", da Lei 4.117/1962, com a redação dada pela Lei 13.644/2018, ao prever a obrigatoriedade de transmissão de programas oficiais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário ("Voz do Brasil"), em faixa horária pré-determinada e de maior audiência. *RE 1026923, 16.11.2020.*

QUESTÕES OBJETIVAS

212. (MP/GO/Promotor/2019) Assinale a resposta incorreta:

- Segundo jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal, o ensino religioso nas escolas públicas de ensino fundamental, que constituirá disciplina dos horários normais, poderá ter natureza confessional, na medida que sua matrícula É facultativa nos termos do artigo 210, § 1º, da CF/88.

- b) Entendeu o STF, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2566, que é constitucional a proibição a proselitismo de qualquer natureza na programação das emissoras de radiodifusão comunitária.
- c) É constitucional a lei de proteção animal que, a fim de resguardar a liberdade religiosa, permite o sacrifício ritual de animais em cultos de religiões de matriz africana, conforme entendimento recente do STF.
- d) Conforme a Constituição Federal, o serviço militar é obrigatório nos termos da lei e que as Forças Armadas compete atribuir serviço alternativo aos que, em tempo de paz, após alistados, alegarem imperativo de consciência, entendendo-se como tal o decorrente de crença religiosa e de convicção filosófica ou política, para se eximirem de atividades de caráter essencialmente militar.

8.4. Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso

QUESTÕES OBJETIVAS

213. (MP/DFT/Promotor/2021) Responda à questão considerando as assertivas abaixo:

- I. É proibido todo e qualquer trabalho infantil, mas permitido o trabalho de adolescentes a partir dos dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, desde os doze anos de idade.
 - II. O plano nacional de juventude, com periodicidade quinquenal, deverá ser estabelecido por lei, para a articulação das várias esferas do poder público, visando a execução das políticas públicas destinadas aos jovens.
 - III. É vedada a remoção de grupos indígenas de suas terras, salvo, “ad referendum” do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.
- a) Se a assertiva I for correta.
 - b) Se a assertiva II for correta.
 - c) Se a assertiva III for correta.
 - d) Se nenhuma das assertivas for correta.
 - e) Se todas as assertivas forem corretas.

8.5. Dos Índios

SÚMULAS

STF Súm. 650. Os incisos I e XI do art. 20 da Constituição Federal não alcançam terras de aldeamentos extintos, ainda que ocupadas por indígenas em passado remoto.

STJ Súm. 140. Compete à justiça comum estadual processar e julgar crime em que o indígena figure como autor ou vítima.

INFORMATIVOS

STF Proteção territorial em terras indígenas não homologadas. É necessário que a União e a Fundação Nacional do Índio (Funai) executem e implementem atividade de proteção territorial nas terras indígenas, independentemente de sua homologação. Nos termos do art. 231 da CF, a União tem o dever (e não a escolha) de demarcar as terras indígenas. No caso, a não homologação das demarcações dessas terras deriva de inércia deliberada do Poder Público, em afronta ao direito originário dos índios. *ADPF 709 MC-2ª-Ref. Pleno, 25.2.2022. Inf 1045.*

STJ Certificação de georreferenciamento de imóvel rural. Sobreposição a terra indígena. Processo demarcatório não concluído. Inviabilidade. A sobreposição da propriedade rural com área indígena, ainda que o processo de demarcação não tenha sido concluído, inviabiliza a certificação de georreferenciamento. *AREsp 1640785, 2ª T, 27.10.2022.*

STJ Nulidade de processo de demarcação. Discussão da posse indígena de terras. Litisconsórcio passivo necessário. Comunidade indígena. Funai. MPF. A comunidade indígena cuja posse fundiária é questionada em ação de nulidade de demarcação tem o direito subjetivo de ser ouvida no processo, na qualidade de litisconsorte passivo necessário. *AgInt na Pet no REsp 1586943, 2ª T, 17.05.2022. Inf 737.*

STJ Aquisição e demarcação de terras indígenas. Legitimidade passiva da união. Fundamento constitucional. Conflito entre as etnias. Constituição de reserva indígena. Intervenção do poder judiciário. Possibilidade. O Poder Judiciário pode determinar, ante injustificável inércia estatal, que o Poder Executivo adote medidas necessárias à concretização de direitos constitucionais dos indígenas. *REsp 1623873, 1ª T, 28.4.2022. Inf 734.*

QUESTÕES DISCURSIVAS

12. (MP/PR/Promotor/2021) Discorra sobre a teoria do indigenato, abordando o seu conceito e diferença em relação à teoria do fato indígena.

QUESTÕES OBJETIVAS

214. (Cespe/MP/SC/Promotor/2021) A postulação em juízo para a defesa de direitos e interesses das populações indígenas cabe exclusivamente à Defensoria Pública.

215. (Cespe/MP/AP/Promotor/2021) Conforme o Censo Demográfico de 2010, no Amapá há mais de sete mil indígenas que habitam quatro diferentes territórios indígenas, tanto em zonas rurais quanto em zonas urbanas dos municípios. A respeito das comunidades e populações indígenas, julgue os itens a seguir.

- I. É concorrente a competência para legislar acerca dos direitos das populações indígenas, porém, nesse âmbito, a competência da União limita-se a estabelecer normas gerais.
- II. As funções institucionais do Ministério Público incluem a defesa judicial dos direitos e interesses das populações indígenas.
- III. Compete à justiça federal julgar as disputas sobre direitos indígenas.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

216. (Cespe/MP/AP/Promotor/2021) O Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento da ação direta de inconstitucionalidade (ADI) n. 3239, debateu diversos temas relacionados às comunidades quilombolas. Tendo como referência essa temática e a posição majoritária do STF, julgue os itens a seguir.

- I. Os remanescentes das comunidades dos quilombos têm direito de ver reconhecida, pelo Estado, a sua propriedade sobre as terras que histórica e tradicionalmente ocupam, o que constitui direito fundamental de grupo étnico-racial minoritário dotado de eficácia plena e aplicação imediata.
- II. O STF repudiou o julgamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos, nos casos *Moiwana versus Suriname* (2005) e *Saramaka versus Suriname* (2007), pois, ao contrário do tribunal interamericano, reconheceu o direito de propriedade de comunidades formadas por descendentes de escravizados fugitivos sobre as terras tradicionais com as quais eles mantêm relações territoriais, independentemente do cumprimento de obrigação específica pelo Estado em relação à titularidade e ao objeto dos direitos quilombolas.
- III. Do mesmo modo que ocorre no tocante às terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas, os títulos de terceiros eventualmente incidentes sobre as terras ocupadas por

remanescentes das comunidades dos quilombos exigem o necessário procedimento expropriatório para regularização do registro imobiliário.

Assinale a opção correta.

- Apenas o item I está certo.
- Apenas o item II está certo.
- Apenas os itens I e III estão certos.
- Apenas os itens II e III estão certos.
- Todos os itens estão certos.

217. (Cespe/MP/AP/Promotor/2021) Com relação ao exercício do direito à autodeterminação pelos povos indígenas, assinale a opção correta, conforme a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

- Os povos indígenas têm direito à autonomia ou ao autogoverno nas questões relacionadas a seus assuntos internos e locais, portanto possuem um direito específico de autodeterminação, o que os diferencia de outras minorias.
- Os povos indígenas podem determinar livremente sua condição política, assim como buscar livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural, desde que o façam dentro dos limites do seu território ancestral.
- O direito à autodeterminação obsta o direito de conservar e reforçar suas próprias instituições políticas, jurídicas, econômicas, sociais e culturais, ao mesmo tempo em que viabiliza aos indígenas o direito de participar plenamente da vida política, econômica, social e cultural do Estado, caso assim desejem.
- Os povos indígenas têm direito à autonomia territorial para autorizar ou fomentar qualquer ação direcionada a desmembrar ou a reduzir, total ou parcialmente, a integridade territorial ou a unidade política de Estados soberanos e independentes.
- A partir do direito à autodeterminação, surgem diversos outros direitos, como o direito a não assimilação forçada ou a não destruição de sua cultura, cabendo ao poder público estabelecer mecanismos eficazes de prevenção ou reparação nesse sentido, com o objetivo de privar os indígenas da sua integridade como povos distintos.

218. (FMP/MP/RO/Promotor/2017) Sobre a Ordem Social presente na CRFB/88, pode-se afirmar:

- Está intimamente ligada à realização dos direitos sociais.
- O direito à saúde, de acesso universal e igualitário, deverá ser viabilizado por meio de políticas públicas, cabendo ao Poder Público regulamentar, fiscalizar e controlar sua execução, podendo ser prestada diretamente pelo ente público como também por terceiros, sendo a iniciativa privada livre para participar complementarmente ao Sistema Único de Saúde – SUS.
- O meio ambiente, como previsto constitucionalmente, supõe tratar-se de um direito intergeracional, com a exigência de cooperação entre Estados soberanos.
- A Constituição, no que se refere à criança, ao adolescente e ao jovem, sustenta o princípio da proteção especial.
- O princípio da proteção da identidade garante às populações indígenas a proteção de seus territórios tradicionais, o que exige dos entes federados, em suas respectivas esferas de competência, a sua demarcação.

9. TEORIA CONSTITUCIONAL

9.1. Classificação/Conceito de Normas/Constituições

QUESTÕES OBJETIVAS

219. (Cespe/MP/TO/Promotor/2022) Quanto à sua origem, as constituições podem ser:

- escritas ou não escritas.
- históricas ou dogmáticas.
- rígidas ou flexíveis.
- promulgadas ou outorgadas.
- ortodoxas ou ecléticas.

220. (Cespe/MP/AP/Promotor/2021) A respeito das normas constitucionais, julgue os itens a seguir.

- Toda norma constitucional goza de eficácia jurídica.
- Normas de eficácia plena independem de regulamentação para surtirem efeitos.
- Normas de eficácia limitada têm eficácia plena, mas sua eficácia pode ser restringida.

Assinale a opção correta.

- Apenas o item I está certo.
- Apenas o item III está certo.
- Apenas os itens I e II estão certos.
- Apenas os itens II e III estão certos.
- Todos os itens estão certos.

221. (Cespe/MP/CE/Promotor/2020) “Art. 5º. (...) LVIII – o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei; Art. 18. (...) § 1º Brasília é a Capital Federal. Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre: (...) VII – grandes fortunas, nos termos de lei complementar”. Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília – DF: Senado Federal, 1988. Quanto ao grau de eficácia, as normas constitucionais precedentes classificam-se, respectivamente, como de eficácia:

- limitada, plena e contida.
- contida, limitada e plena.
- plena, contida e limitada.
- contida, plena e limitada.
- programática, plena e contida.

222. (Consulplan/MP/SC/Promotor/2019) As normas constitucionais de eficácia contida possuem aplicabilidade imediata e plena, e não são suscetíveis de restrição por lei infraconstitucional.

223. (MP/GO/Promotor/2019) José Afonso da Silva parte da classificação das normas constitucionais realizada por Vezio Crisafulli, segundo o qual, quanto à eficácia e aplicabilidade, essas mesmas normas podem ser classificadas em dois grupos: as normas constitucionais de eficácia plena e as normas constitucionais de eficácia limitada. Entretanto, José Afonso acrescentou a essa classificação mais um grupo, sob o argumento de que há normas que exigem uma legislação futura, mas que não podem ser tidas por normas de eficácia limitada. O referido doutrinador, então, deu a esse novo grupo a denominação de normas constitucionais de eficácia contida. Com base nas lições doutrinárias de José Afonso da Silva acerca das normas constitucionais de eficácia contida, informe qual das assertivas abaixo está incorreta:

- a “interpositio legislatoris” não se destina a lhes conferir plena eficácia.
- os interesses advindos das matérias tratadas pelas normas constitucionais de eficácia contida receberam do legislador constituinte normatividade suficiente.
- caso algumas dessas normas eventualmente contenham um conceito ético juridicizado, elas não poderão ser restringidas por meio de mera interpretação de um conceito desse.
- presentes determinados pressupostos de fato, é possível, para essa categoria de normas, que se afaste a sua eficácia por meio da incidência de outras normas constitucionais, por exemplo, o estado de sítio.

224. (Cespe/MP/PI/Promotor/2019) De acordo com a doutrina, o documento escrito estabelecido de forma solene pelo poder constituinte eleito pelo voto popular, modificável somente por processos e formalidades especiais nele mesmo contidos, e que contém o modo de existir do Estado é classificado como constituição:

- formal.
- material.
- outorgada.
- histórica.
- flexível.

225. (Cespe/MP/PI/Promotor/2019) De acordo com a doutrina, norma constitucional superveniente editada pelo poder constituinte originário sem qualquer ressalva tem eficácia:

- retroativa máxima.
- retroativa média.
- retroativa mínima.
- somente para o futuro.
- exauriente.

226. (FCC/MP/PB/Promotor/2018) Normas constitucionais de eficácia limitada:

- não servem como parâmetro de inconstitucionalidade.
- implicam a não-recepção da legislação infraconstitucional anterior com elas incompatível.
- orientam, mas não condicionam a produção do legislador infraconstitucional.
- são indiferentes à configuração de eventual inconstitucionalidade por omissão.
- aditem disciplina em sentido diverso do que apontam, por meio de lei complementar.

227. (MP/MS/Promotor/2018) Leia os enunciados a seguir acerca de concepções sobre o termo “constituição”.

- Para Ferdinand Lassalle, que a entende no sentido sociológico, a constituição de um país é, em essência, a soma dos fatores reais do poder que regem esse país, sendo esta a constituição real e efetiva, não passando a constituição escrita de “uma folha de papel”.
- Carl Schmitt empresta também um sentido sociológico à constituição, considerando-a como decisão política fundamental, decisão concreta de conjunto sobre o modo e a forma de existência da unidade política, não fazendo distinção entre constituição e leis constitucionais.
- Uma corrente, liderada por Hans Kelsen, vê a constituição apenas no sentido jurídico, sendo a constituição considerada norma pura, puro dever-ser, sem qualquer pretensão à fundamentação sociológica.

Assinale a alternativa correta.

- Somente a assertiva I está correta.
- Somente a assertiva II está correta.
- Somente a assertiva III está correta.
- As assertivas I e III estão corretas.
- Todas as assertivas estão corretas.

228. (MP/PR/Promotor/2017) Sobre aplicabilidade das normas constitucionais, assinale a alternativa correta:

- As normas programáticas têm por conteúdo princípios implícitos do ordenamento jurídico, enunciam programas políticos não vinculantes e estampam fórmulas genéricas e abstratas.

São providas, portanto, apenas de valor diretivo, servindo unicamente de guia e orientação ao intérprete.

- Normas imediatamente preceptivas são aquelas cujo fim é provocar uma sucessiva atividade legislativa que venha disciplinar uma certa matéria em sentido conforme como aquilo que dispõem, fazendo-o em linhas gerais.
- Normas programáticas “stricto sensu” têm, desde o momento de sua edição, eficácia direta ao Estado e aos cidadãos.
- Normas de eficácia diferida trazem já definida, intacta e regulada pela Constituição a matéria que lhe serve de objeto, que depois será apenas efetivada na prática mediante atos legislativos de aplicação.
- Normas programáticas “lato sensu” são aquelas com que o legislador, ao invés de regular imediatamente um certo objeto, preestabelece a si mesmo um programa de ação, com respeito ao próprio objeto, obrigando-se a dele não se afastar sem um justificado motivo.

229. (FMP/MP/RO/Promotor/2017) A doutrina constitucional brasileira, de regra, atribui à Constituição Federal brasileira de 1988 o caráter dirigente. Em vista disso, pode-se dizer que:

- a CRFB/88 possui regras de competências próprias de cada uma das funções estatais, que podem ser exclusivas ou não, a depender do momento de seu exercício.
- a CRFB/88 contempla um catálogo de direitos fundamentais que incluem as ditas liberdades negativas.
- a CRFB/88 é dotada de um sistema de controle de constitucionalidade, alicerçado no modelo norte-americano.
- a CRFB/88 é um projeto de ação aberto no tempo, organizando um plano normativo-material global do Estado e da Sociedade, que vincula os poderes públicos à busca por sua concretude.
- a CRFB/88 não pode ser caracterizada como uma Constituição dirigente, pois se trata de uma Constituição promulgada, produzida por uma Assembleia Constituinte não exclusiva.

230. (Cespe/MP/RR/Promotor/2017) Nos últimos séculos, em muitos países, várias concepções de Constituição foram elaboradas por diversos teóricos, muitas delas contraditórias entre si, o que torna o próprio conceito de Constituição essencialmente contestável. Com relação às teorias da Constituição, assinale a opção correta.

- De acordo com a teoria substantiva de Ronald Dworkin, os princípios constitucionais são mandados de otimização que devem ser ponderados no caso concreto.
- Para Carl Schmitt, Constituição não se confunde com leis constitucionais: o texto constitucional pode eventualmente colidir com a decisão política fundamental, que seria a Constituição propriamente dita.
- Para Konrad Hesse, a Constituição, para ser efetiva, deve corresponder à soma dos fatores reais de poder.
- Segundo a teoria pura de Kelsen, a interpretação de uma Constituição deve fundamentar-se essencialmente na intenção daqueles que escreveram originalmente o texto.

9.2. Evolução Constitucional

QUESTÕES DISCURSIVAS

13. (Cespe/MP/SE/Promotor/2022) Considerando os processos de mudança da Constituição e o poder de reforma constitucional, estabeleça a distinção entre revisão constitucional e emenda constitucional e discorra sobre os limites formais à reforma da Constituição.